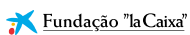


# Portugal, Balanço Social 2024

## SUMÁRIO EXECUTIVO

BRUNO P. CARVALHO, JOÃO FANHA, MIGUEL FONSECA E SUSANA PERALTA



**SOCIAL EQUITY INITIATIVE**

KNOWLEDGE-DRIVEN PROGRESS



NOVA SCHOOL OF  
BUSINESS & ECONOMICS

# Introdução

O “Portugal, Balanço Social 2024” analisa a pobreza a partir do rendimento, para, de seguida, abordar outras dimensões: a privação material, as condições de habitação e o acesso à educação e à saúde. Discute, igualmente, a relação entre a pobreza e a situação laboral e o nível de educação, bem como as diferenças regionais, a desigualdade na distribuição do rendimento e o impacto das transferências sociais na mitigação da pobreza. Dá destaque a dois grupos especialmente vulneráveis: os mais velhos e as crianças. Finalmente, o relatório conta com dois capítulos especiais: um sobre as condições laborais e outro sobre as perceções, expectativas e confiança nas instituições.

O relatório utiliza os dados individuais do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2023 (ICOR 2023), implementado no início do ano de 2023, para fazer uma descrição detalhada da pobreza e desigualdade em Portugal.<sup>1</sup> A análise é complementada com algumas estatísticas do ICOR 2024, disponibilizadas pelo INE a 3 de dezembro de 2024, através de uma nota de imprensa.<sup>2</sup> As outras fontes utilizadas são o Inquérito Social Europeu de 2024 (ESS11), o Inquérito ao Emprego do INE e os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Segurança Social.

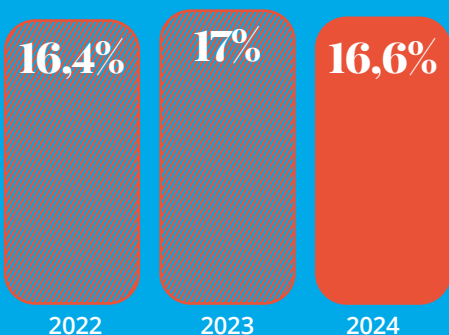
<sup>1</sup>Neste inquérito, as variáveis ligadas ao rendimento e à situação laboral dizem respeito à situação dos inquiridos em 2022, enquanto as variáveis de privação material dizem respeito à situação de 2023.

<sup>2</sup>O ICOR 2024 é recolhido pelo INE no início de 2024, e inquire as famílias sobre a privação em 2024 e a situação financeira e profissional em 2023. Os dados individuais deste inquérito serão disponibilizados à comunidade de investigadores no final de 2025.



**1.**  
**Alguns destaques  
da edição 2024**

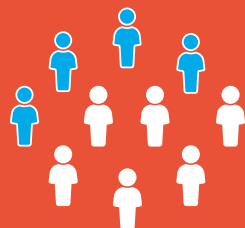
Depois de uma subida da pobreza entre 2022 e 2023, a taxa de risco de pobreza desceu em 2024:



A incidência da pobreza é maior entre os desempregados, famílias monoparentais e indivíduos menos escolarizados.

A taxa de risco de pobreza entre as pessoas com contrato temporário de trabalho é quase 3x maior da registada entre quem tem contrato permanente.

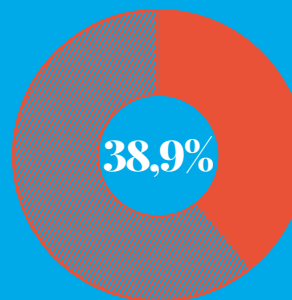
Em 2024, 4 em cada 10 pessoas desempregadas são pobres



e quase 1 em cada 10 pessoas empregadas são pobres.

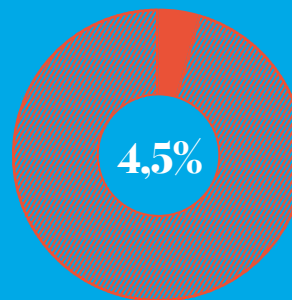


Em 2023,



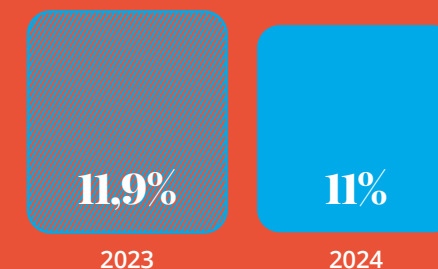
das pessoas pobres trabalham menos de metade do ano.

Um valor que desce para



na população não pobre.

A taxa de privação material e social não se alterou significativamente entre 2022 e 2023, mas desceu em 2024:



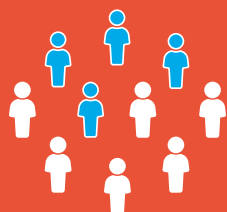
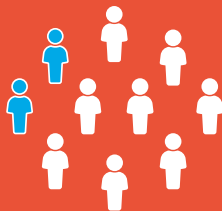
A privação material e social é

**5x**

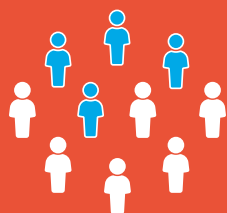
mais comum entre a população pobre do que entre a não pobre.

Em 2023, 346 mil crianças e 427 mil pessoas com 65 ou mais anos são pobres.

Em 2023, 2 em cada 10 pessoas pobres classificam o seu estado de saúde como mau ou muito mau;

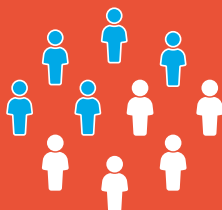


4 em cada 10 não conseguiram aceder a consulta ou tratamento de medicina dentária (em pelo menos uma ocasião);

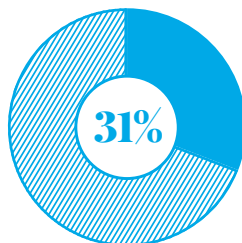


4 em cada 10 têm encargos habitacionais excessivos;

5 em cada 10 não tiveram capacidade de manter o alojamento confortavelmente frio no verão.



Em 2024,



dos beneficiários do RSI tinham menos de 18 anos.

O valor médio do apoio mensal foi de

**152€**

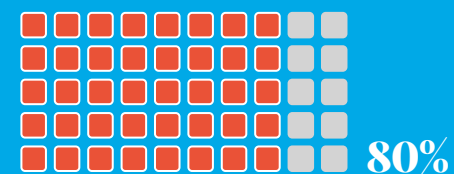
por beneficiário e

**324€**

por família.

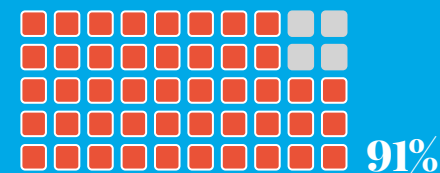
Em 2023, 1,1% dos pobres, ou 15 mil pessoas, indicam que já tiveram que dormir na rua ou num espaço público por dificuldades habitacionais.

Em 2024, mais de



das pessoas apoiam medidas de redistribuição do rendimento.

Nos grupos da população com menores rendimentos, este valor sobe para



Estes valores são semelhantes aos de 2008, particularmente entre os mais pobres.

Em 2024, a instituição em que os residentes mais confiam é a polícia



e as que menos confiam são os políticos e os partidos políticos.



Em 2024, nos Açores, **1 em cada 4** pessoas está em **risco de pobreza**



e **1 em cada 10** pessoas está em situação de **privação material e social severa**.

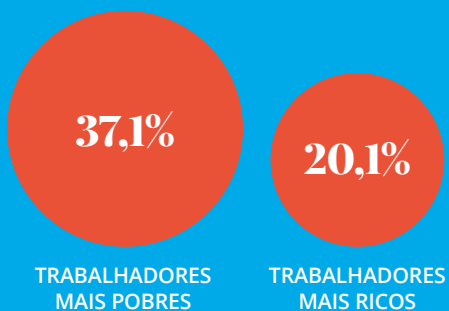


Em 2023, na **ausência de transferências sociais** além das pensões, haveria mais

**430 mil**

pessoas em risco de pobreza.

A exposição a condições laborais perigosas afeta, ou afetou no passado

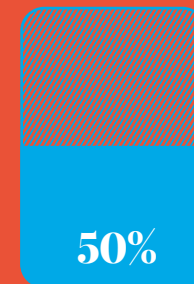


A taxa de filiação sindical é mais de **2x superior** entre os trabalhadores **mais ricos** do que entre os **mais pobres**:

MAIS RICOS **26,8%**

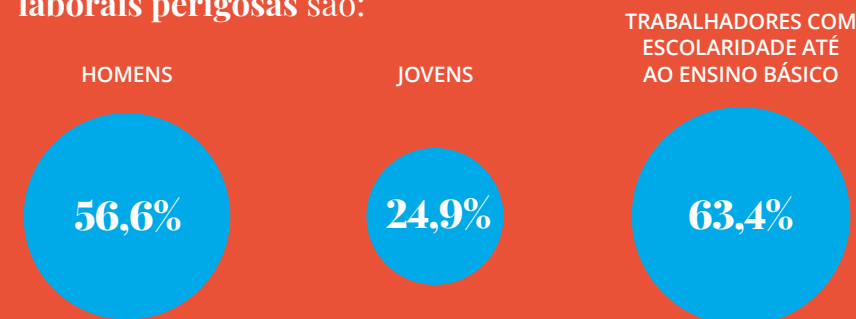
MAIS POBRES **11,6%**

Em 2024, **1 em cada 2** trabalhadores entre os 18 e 24 anos têm **contratos temporários**.



Em 2024, a proporção de trabalhadores **mais pobres** que trabalham mais de 45 horas semanais é quase **2x maior** do que entre os **mais ricos**.

Os grupos mais expostos a condições laborais perigosas são:



O impacto das transferências na redução da pobreza é **maior na Madeira e nos Açores** (-6,6 pontos percentuais) e **menor em Lisboa** (-3 pontos percentuais).



## 2. Pobreza e privação

# Pobreza e privação

## QUAL É O ESTADO DA POBREZA EM PORTUGAL?

Em 2024, o **limiar de pobreza** em Portugal era de 7.588€/ano, ou 632€/mês. A **taxa de risco de pobreza** diminuiu, em 2024, para 16,6% (0,4 pontos percentuais mais baixa do que em 2023), depois de uma ligeira subida entre 2022 e 2023.

Como mostra a **Tabela 1**, a pobreza é mais comum entre as pessoas **desempregadas** (44,3%), as **famílias monoparentais** (31%) e os indivíduos com **níveis de escolaridade mais baixos** (23,5%).

Também as mulheres têm maior taxa de risco de pobreza que os homens (17,6% vs 15,4%). Mais de 28% das **famílias numerosas** encontram-se em situação de pobreza.

1. Fonte: ICOR, 2023 e 2024.

2. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED).

3. Indicadores ao nível do indivíduo: género, condição perante o trabalho e escolaridade.

4. Indicadores ao nível do agregado: grau de composição do agregado.

5. Interpretação: Em 2024, a taxa de risco de pobreza em Portugal era 16,6%.

Tabela 1 - Taxa de risco de pobreza (em %)

	2023	2024
<b>Total da população residente</b>	17,0	16,6
<b>GÉNERO</b>		
Feminino	17,7	17,6
Masculino	16,2	15,4
<b>CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO</b>		
A trabalhar	10,0	9,2
Desempregado	46,7	44,3
Reformado ou com reforma antecipada	15,4	19,6
Outra pessoa inativa	31,2	30,4
<b>ESCOLARIDADE</b>		
Até ensino básico (ISCED 0-2)	22,4	23,5
Ensino secundário e pós secundário (ISCED 3-4)	13,5	12,3
Ensino superior (ISCED 5-8)	5,8	6,5
<b>COMPOSIÇÃO DO AGREGADO</b>		
Um adulto com pelo menos uma criança	31,2	31,0
Dois adultos com uma criança	11,3	13,0
Dois adultos com duas crianças	13,9	12,0
Dois adultos com três ou mais crianças	23,6	28,2

Para analisar o **grau de pobreza**, calculamos o hiato de pobreza, que é a diferença entre o rendimento de cada agregado e o limiar de pobreza. O índice de severidade de pobreza, que dá mais peso aos agregados com hiatos de pobreza maiores, aumentou de 2,0%, em 2022, para 2,3%, em 2023.

### QUAL É O ESTADO DA PRIVAÇÃO EM PORTUGAL?

A taxa de **privação material e social** também diminuiu. Em 2024, 11% das pessoas encontravam-se em situação de privação material e social e 4,3% em situação de privação material e social severa. A privação material e social é 5 vezes mais comum entre a população pobre do que entre a não pobre.

O *Portugal, Balanço Social 2024* analisa ainda **outras privações essenciais**, incluindo as relacionadas com a saúde e a habitação:

- Os pobres têm níveis de privação em **saúde** mais elevados, especialmente nos cuidados de medicina dentária, que não são disponibilizados pelo Serviço Nacional de Saúde: 43,2% vs 14,9%. Em 2023, 24% das pessoas pobres auto-avaliam a sua saúde como má ou muito má; na população não pobre, essa percentagem é de 11,5%. Os pobres reportam mais doenças crónicas e prolongadas: 51,7%, o que compara com 43,1% para a população não pobre.
- Segundo a **Tabela 2**, a população pobre tem **carências habitacionais** bastante marcadas. Em 2023, 27,7% das famílias pobres viviam em alojamentos sobrelotados, 37% não tinha capacidade de manter a casa

**Tabela 2 - Privação habitacional em Portugal em 2023 (em %)**

	POPULAÇÃO POBRE	POPULAÇÃO NÃO POBRE
Taxa de sobrelotação do alojamento	27,7	9,8
Incapacidade de manter a casa adequadamente aquecida	37,2	17,4
Incapacidade de manter o alojamento confortavelmente frio durante o verão	50,1	35,8
Vizinhança barulhenta ou ruídos exteriores (comércio, trânsito, indústrias)	34,0	27,6
Poluição, sujidade ou outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria	18,0	14,7
Crime, violência ou vandalismo na área de residência	7,3	6,8
Dificuldades no arrendamento	12,8	6,5
Encargos habitacionais excessivos	26,0	6,4

1. Fonte: ICOR, 2023.

2. Em 2023, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2022; as dimensões de privação habitacional referem-se à situação do ano de 2023.

3. Interpretação: Considerando a população não pobre, 35,8% das famílias portuguesas não tinham a capacidade financeira para manter o alojamento confortavelmente frio durante o verão em 2023; quando consideramos a população pobre, esta percentagem aumenta para 50,1%.

## POBREZA E PRIVAÇÃO

adequadamente aquecida e 50% de a manter confortavelmente fria no verão. A proporção da população com encargos habitacionais excessivos é também maior entre as famílias em risco de pobreza. Cerca de 26% dos agregados pobres em Portugal têm encargos com a habitação que excedem 40% do rendimento do agregado (face a 6,4% da população não pobre). Entre os pobres, mais de 15 mil pessoas afirmam já ter tido que dormir na rua, ou num espaço público, por carências habitacionais.

### A POBREZA E A PRIVAÇÃO DIFEREM ENTRE REGIÕES?

As **Figuras 1 e 2** mostram as importantes disparidades regionais na incidência de pobreza, privação material e social e desigualdade na distribuição dos rendimentos.

- A prevalência da pobreza é maior nas Regiões Autónomas, que também têm mais privação material e social e mais desigualdade do que Portugal continental.
- A **taxa de pobreza** está quase 8 pontos percentuais acima da média nacional nos Açores, a região com maior taxa de pobreza em Portugal, e 2,5 pontos percentuais acima da nacional na Madeira.
- A **taxa de privação material e social severa** desceu em todas as regiões de Portugal entre 2022 e 2023, com a exceção dos Açores e de Lisboa.

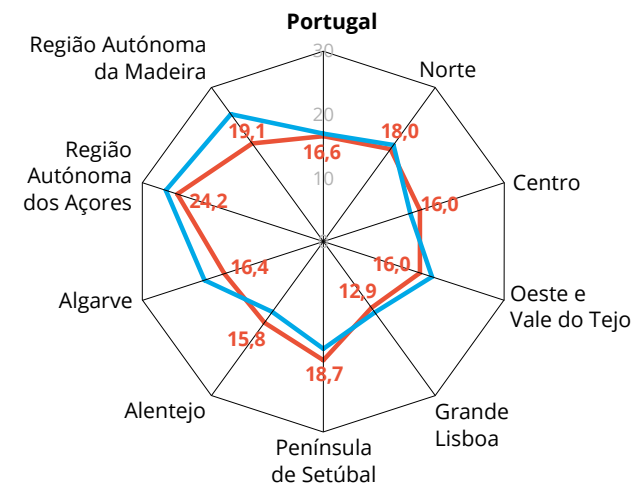
- A **desigualdade** subiu em todas as regiões exceto no Alentejo. Os Açores são a região com maior desigualdade, seguida de Lisboa e do Algarve.

De uma maneira geral, as regiões autónomas são as que reportam níveis mais altos de privações no panorama nacional. Entre estas, destaca-se a elevada proporção de pessoas que **não conseguem**

**Figura 1 - Taxa de risco de pobreza, Portugal e Regiões (em %)**

### TAXA RISCO DE POBREZA

- 2023
- 2024



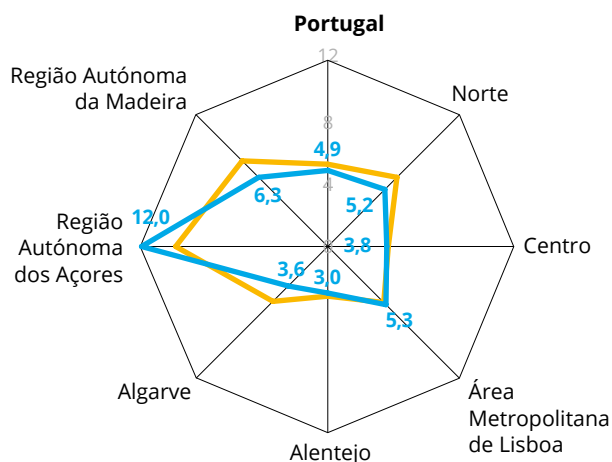
1. Fonte: ICOR, 2022, 2023 e 2024.

2. As taxas de risco de pobreza de 2023 e 2024 são calculadas de acordo com os rendimentos de 2022 e 2023.

Figura 2 - Privação e desigualdade regional (em %)

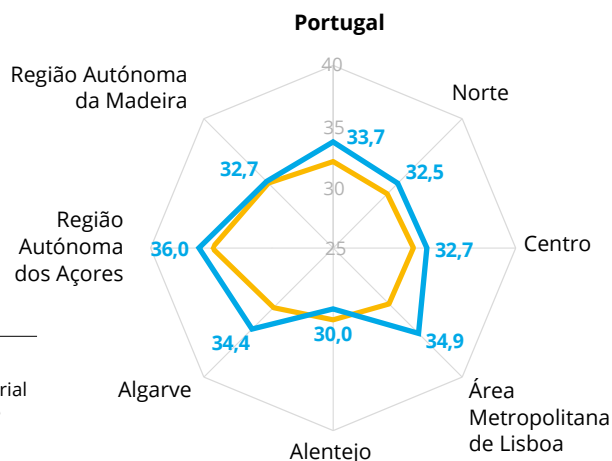
**PRIVAÇÃO MATERIAL E SOCIAL SEVERA**

● 2023  
● 2022



**COEFICIENTE DE GINI**

● 2023  
● 2022



1. Fonte: ICOR, 2022, 2023 e 2024.  
2. As dimensões de privação material referem-se à situação dos anos de 2022 e 2023; o Coeficiente de Gini é calculado de acordo com os rendimentos de 2021 e 2022.

ter uma refeição proteica pelo menos de dois em dois dias (10,6% nos Açores, e 7,6% na Madeira) e a proporção de pessoas que **não conseguem consultas ou tratamentos médicos não dentários** (9,3% nos Açores).

A Área Metropolitana de Lisboa tem a maior taxa de privação em dois fatores: a **poluição e sujidade**, bem como o **crime, violência e vandalismo** na área de residência. A região do Norte tem a maior **incapacidade de manter a casa fria durante o verão** (45,6%) e o Algarve têm a maior percentagem de **ruído na vizinhança da sua habitação** (37,6%).

**COMO VIVEM OS MAIS NOVOS E OS MAIS VELHOS?**

As crianças são um dos grupos da população mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão social. A **taxa de risco de pobreza** entre as crianças aumentou entre 2022 e 2023 (de 18,5% para 20,7%), pelo que ainda há mais de 346 mil menores pobres em Portugal. Em 2024, esta taxa diminuiu para 17,8%.

A população com mais de 65 anos tem uma **taxa de risco de pobreza** de 17,1% em 2023, um valor muito próximo da média nacional (17%), o que corresponde a 427 mil pessoas. Em 2024, esta taxa subiu para 21,1%. Os maiores graus de privação em agregados com crianças e entre os mais velhos observam-se nas capacidades de:

- (i) **pagar uma semana de férias fora de casa** (49,4% entre os mais velhos e 34,8% nos agregados com crianças);
- (ii) **fazer face a despesas inesperadas** (32,3% nos agregados com crianças e 30,5% entre os mais velhos);
- (iii) **substituir móveis usados** (cerca de 40% para ambos os grupos).

A **escolaridade** tem um papel importante na mitigação da transmissão intergeracional da pobreza, e o rendimento está relacionado com a frequência da **creche e pré-escolar** – em 2023, cerca de 17,7% das crianças com idades até aos 5 anos não frequentaram, pelo menos, 30 horas semanais de ensino pré-escolar ou creche.

No que toca à habitação, apesar dos mais velhos serem o grupo com maior **dificuldade em manter a casa adequadamente aquecida**, nas outras dimensões de privação habitacional apresentam menores taxas de privação que os adultos menores de 65 ou agregados com crianças. Ainda assim, mais de um quarto dos idosos vive em **casas com o telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água**, e 0,7% vive em **alojamentos sem instalações de banho/duche no interior**.

### QUAL É O ESTADO DA DESIGUALDADE EM PORTUGAL?

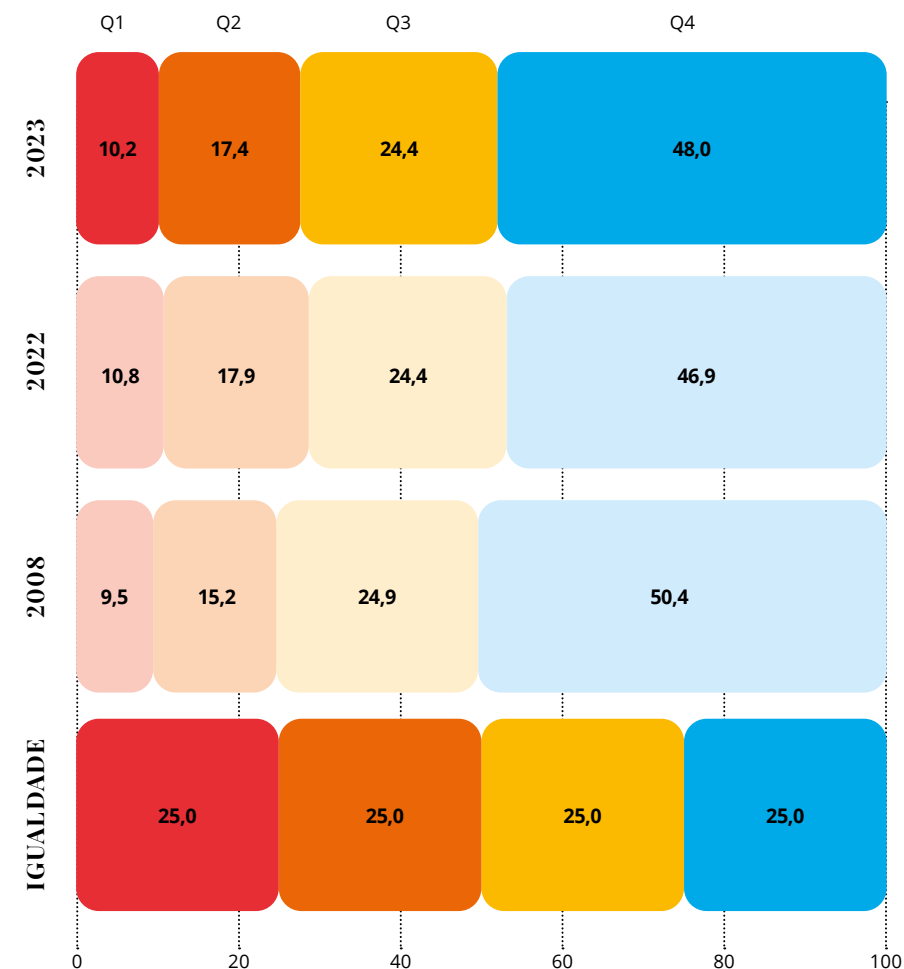
Embora entre 2022 e 2023 se tenha observado uma subida da **desigualdade da distribuição do rendimento** em quase todos os indicadores, entre 2023 e 2024 houve uma ligeira redução, com o coeficiente de Gini a diminuir 1,8 pontos percentuais, para 31,9. Ainda assim, os 10% mais ricos detinham, em 2024, quase 9 vezes mais rendimento disponível do que os 10% mais pobres. A **Figura 3** mostra que, em 2023, os 25% mais ricos detinham cerca de 48% da riqueza do país, o que compara com 10,2% da riqueza dos 25% mais pobres.

1. Fonte: ICOR, 2008, 2022 e 2023.

2. Estes cálculos foram feitos usando o Distributive Analysis Stata Package.

3. Interpretação: Em 2023, os 25% mais pobres (Q1) detêm 10,2% do rendimento total do país.

**Figura 3 - Quartis do rendimento disponível (em %)**





### 3. Transferências sociais e percepção do Estado

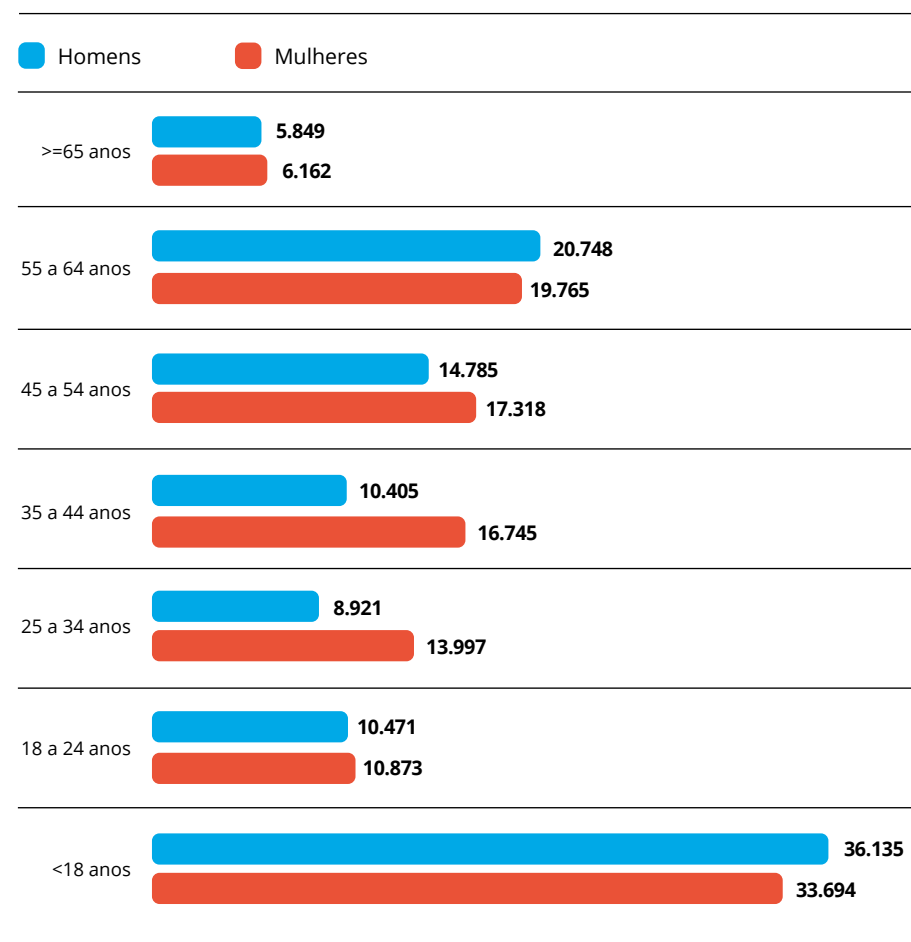
# Transferências sociais e perceção do Estado

## QUAL É O PAPEL DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS?

As **transferências sociais monetárias** por velhice, como as pensões, são as que têm maior número de beneficiários (cerca de 26,3% da população, em 2023). Na ausência de transferências, como o subsídio de desemprego, doença ou as pensões, haveria mais pobreza e desigualdade: segundo o ICOR 2023, a taxa de risco de pobreza, em 2023, subiria de 17% para 21,2% (se considerarmos apenas pensões) e para 41,8% (se não considerarmos qualquer transferência social); o coeficiente de Gini subiria de 33,7 para 39,2.

O **papel das transferências na redução da pobreza** é maior nas regiões autónomas: na ausência de transferências sociais exceto pensões, a taxa de pobreza seria 6,6 pontos percentuais mais alta tanto na Madeira como nos Açores. No continente, as transferências sociais reduzem a taxa de pobreza no Norte de 23,8% para 18,8%. As transferências sociais têm menor impacto na Área Metropolitana de Lisboa, onde conduzem a uma redução na taxa de pobreza de 3 pontos percentuais.

**Figura 4 - Número de beneficiários do rendimento social de inserção por género e por idade**



1. Fonte: MTSS, 2024

2. Interpretação: Em 2024, havia 33.694 crianças do sexo feminino que beneficiavam do rendimento social de inserção.

Em 2024, havia cerca de 1,2 milhões de beneficiários de **abono de família** (menos 23 mil do que em 2023) e o valor médio mensal do apoio era de 91,12€. A grande maioria dos beneficiários do abono de família tem menos de 18 anos e é do sexo masculino. Existem cerca de 216 mil rapazes a receber apoio até aos seis anos (em média 36 mil por ano de idade) e cerca de 332 mil entre os 7 e 18 anos (em média 30,2 mil por ano de idade). A diferença de género reflete a distribuição da população residente.<sup>3</sup>

O **rendimento social de inserção** (RSI) destina-se a pessoas em situação de pobreza extrema, que necessitem de apoio para melhorar a sua integração social e profissional. Um dos critérios de atribuição do subsídio é o rendimento mensal do agregado. Em 2025, para uma pessoa que viva sozinha, a soma dos seus rendimentos mensais teria que ser inferior a 242,23€, equivalente a 2907€ anuais. Em 2024, havia 225 mil beneficiários a receber RSI, o que corresponde a 115 mil famílias apoiadas. O valor médio do apoio por beneficiário era de 152,96€, e por família de 324,49€. A **Figura 4** mostra a distribuição do número de beneficiários por idade e género. A maioria dos beneficiários (cerca de 70 mil, ou 31% do total), têm menos de 18 anos.

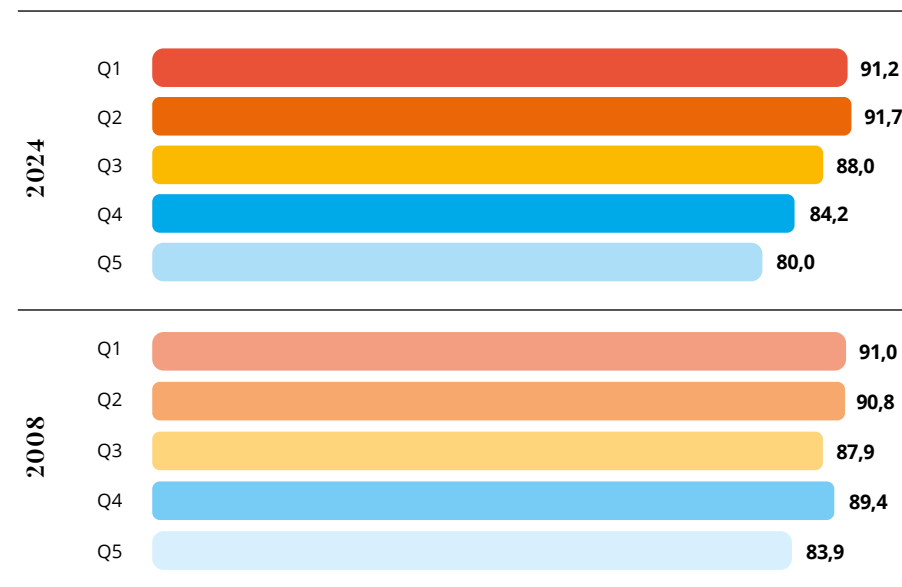
**A grande maioria dos beneficiários do abono de família tem menos de 18 anos e é do sexo masculino.**

<sup>3</sup>De acordo com as estimativas da população residente do INE, em 2023, entre os jovens até aos 19 anos 967 mil eram do sexo masculino, e cerca de 923 mil do sexo feminino.

### COMO VARIA A PERCEÇÃO DO ESTADO EM PORTUGAL?

A **Figura 5** sugere que em todos os quintis de rendimento existe um apoio claro a **medidas de redistribuição de rendimento**. Em 2024, mais de 80% das pessoas concordam que o Estado deve reduzir as diferenças existentes ao nível do rendimento, valor que atinge os 91% nos dois grupos da população com menores rendimentos. Não houve uma grande alteração entre 2008 e 2024.

**Figura 5 - Apoio a medidas de redistribuição de rendimento (em %)**



1. Fonte: ESS4 (2008) [1] e ESS11 (2024) [2].

2. As percentagens dizem respeito apenas às respostas "1 - Concordo muito" e "2 - Concordo", numa escala de 1-5, em que "3 - Não concordo nem discordo", "4 - Discordo" e "5 - Discordo muito".

3. Interpretação: Em 2024, 91,2% das pessoas pertencentes ao primeiro quintil (Q1) concordam (ou concordam muito) que o Estado deve reduzir as diferenças existentes ao nível do rendimento.

A **Figura 6**, mostra como a **confiança nas instituições** e nos seus principais atores aumentou de forma geral entre 2008 e 2024. De todas as instituições abordadas no inquérito, a **polícia** é aquela em que os residentes mais confiam e os **políticos** e os **partidos políticos** são as instituições nas quais os residentes menos confiam. É de notar que embora nos dois últimos a situação não se tenha alterado muito significativamente entre 2008 e 2024, é na polícia que se observam maiores aumentos de confiança entre 2008 e 2024. De uma forma geral, tanto em 2008 como em 2024 as pessoas de menores rendimentos tendem a ter menor confiança nas instituições e nos seus atores.

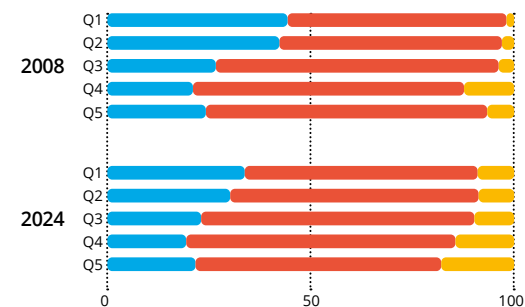
Também a **satisfação com a forma como a democracia funciona** aumentou entre 2008 e 2024. Há igualmente uma menor assimetria no nível de satisfação entre os mais pobres (Q1) e os mais ricos (Q5) em 2024 do que em 2008. Em 2008, 33% dos mais pobres dizia-se “pouco satisfeito”, valor que reduziu para cerca de 19% em 2024. Contudo, entre os mais ricos, houve uma subida de 15% em 2008 para 18% em 2024.

No que toca a perceção sobre o estado da **educação**, independentemente do nível de rendimento, regista-se uma melhoria, com menos pessoas a avaliá-lo como muito mau e mais pessoas a avaliá-lo como muito bom, contrariamente à **saúde**, na qual não se observa uma tendência positiva inequívoca. Apesar de em quase todos os quintis de rendimento haver mais pessoas que avaliam a saúde em Portugal como muito boa, em todos eles há também mais pessoas que a avaliam como muito má.

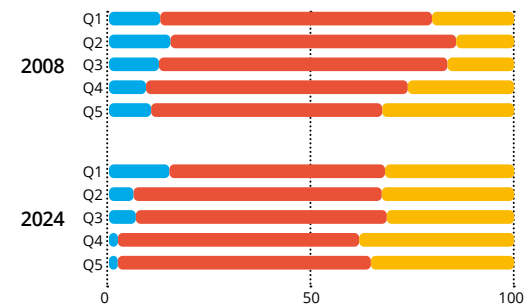
**Figura 6 - Confiança nas instituições (em %)**

**PAINEL A:  
PARLAMENTO  
NACIONAL**

■ Sem confiança  
■ Alguma confiança  
■ Confiante



**PAINEL B:  
POLÍCIA**



**PAINEL C:  
PARTIDOS  
POLÍTICOS**

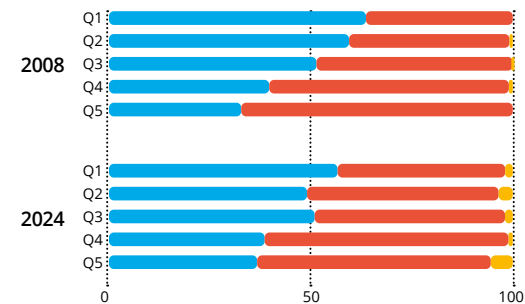
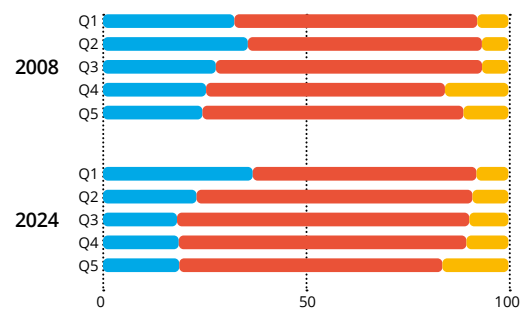


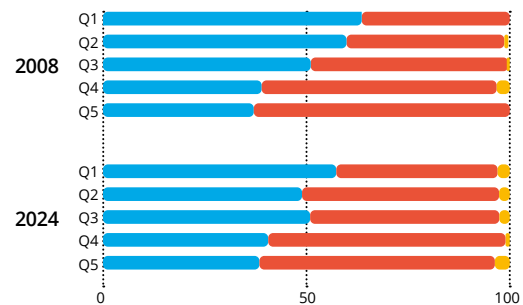
Figura 6 (CONTINUAÇÃO) – Confiança nas instituições (em %)

**PAINEL D:  
SISTEMA  
JURÍDICO**

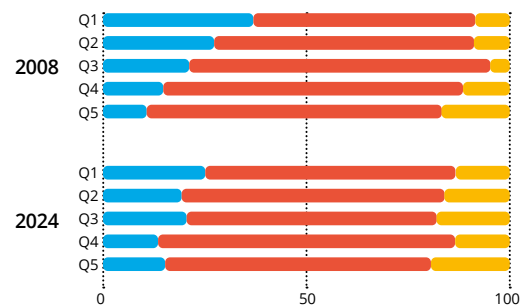
■ Sem confiança  
■ Alguma confiança  
■ Confiante



**PAINEL E:  
POLÍTICOS**



**PAINEL F:  
PARLAMENTO  
EUROPEU**



1. Fonte: ESS4 (2008) e ESS11 (2024).  
 2. Nestes gráficos, foram consideradas as respostas de 0-2 e 8-10 para, respetivamente, "Sem confiança" e "Confiante". As respostas eram dadas numa escala de 0-10, em que 0 significa "Desconfiança total" e 10 "Confiança total".  
 3. Interpretação: Em 2024, cerca de 33,7% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento (Q1) não sentia confiança no Parlamento Nacional.



## 4. Condições laborais

# Condições laborais

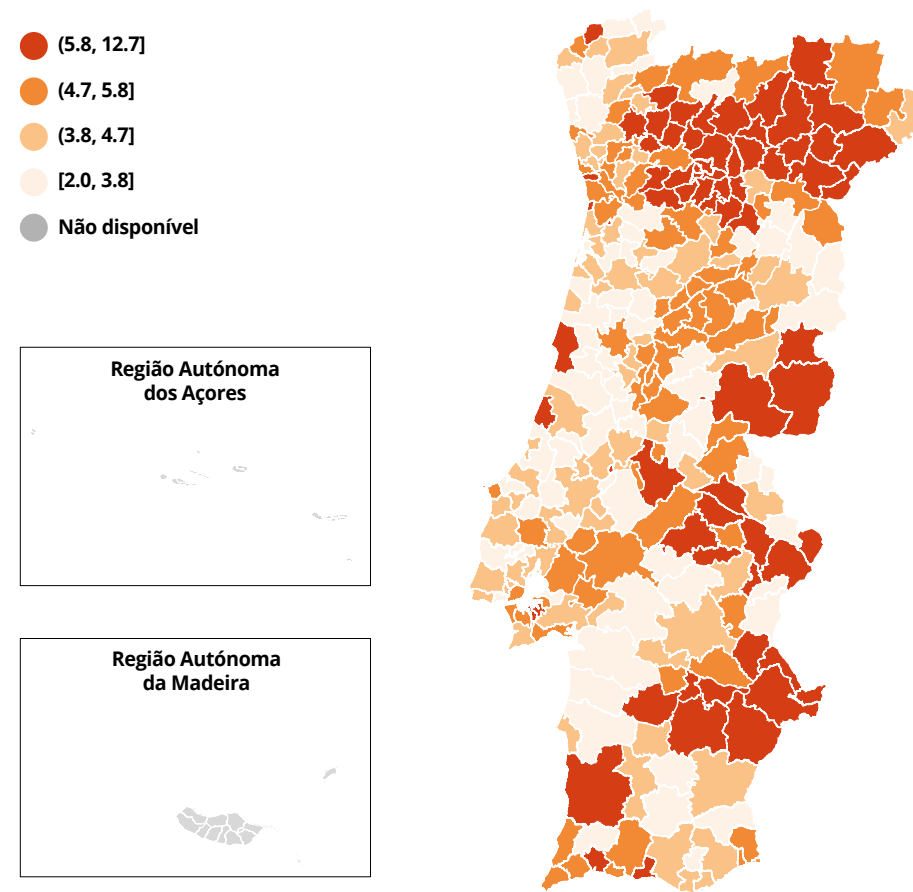
## QUAL É O ESTADO DO MERCADO DE TRABALHO?

Um indicador fortemente relacionado com a pobreza é a **intensidade laboral** – a percentagem de tempo total do ano em que os adultos entre 18 e 64 anos do agregado estão a trabalhar. A percentagem de pessoas em agregados pobres com intensidade laboral muito baixa, isto é, nos quais as pessoas adultas trabalham menos de 20% do tempo, era de 27,2% em 2023. Para os agregados não pobres, este valor diminuiu para 2,1%.

Para compreender melhor as tendências do mercado de trabalho podemos analisar os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que permitem descrever evolução do número de **inscritos nos centros de emprego** nas diferentes regiões de Portugal continental.<sup>4</sup> A **Figura 7** mostra a distribuição dos inscritos nos centros de emprego em percentagem da população residente em idade ativa.

<sup>4</sup>Nem todas as pessoas desempregadas se inscrevem num centro de emprego; ainda assim, dado que a inscrição é uma das condições para a obtenção de subsídio de desemprego, é comum usar os dados do IEFP como uma aproximação razoável ao número de desempregados. O número de inscritos nos centros de emprego não está disponível para as Regiões Autónomas.

Figura 7 - **Inscritos no Centro de Emprego, em 2023, por município (em %)**



1. Fonte: IEFP, 2024  
2. Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos.

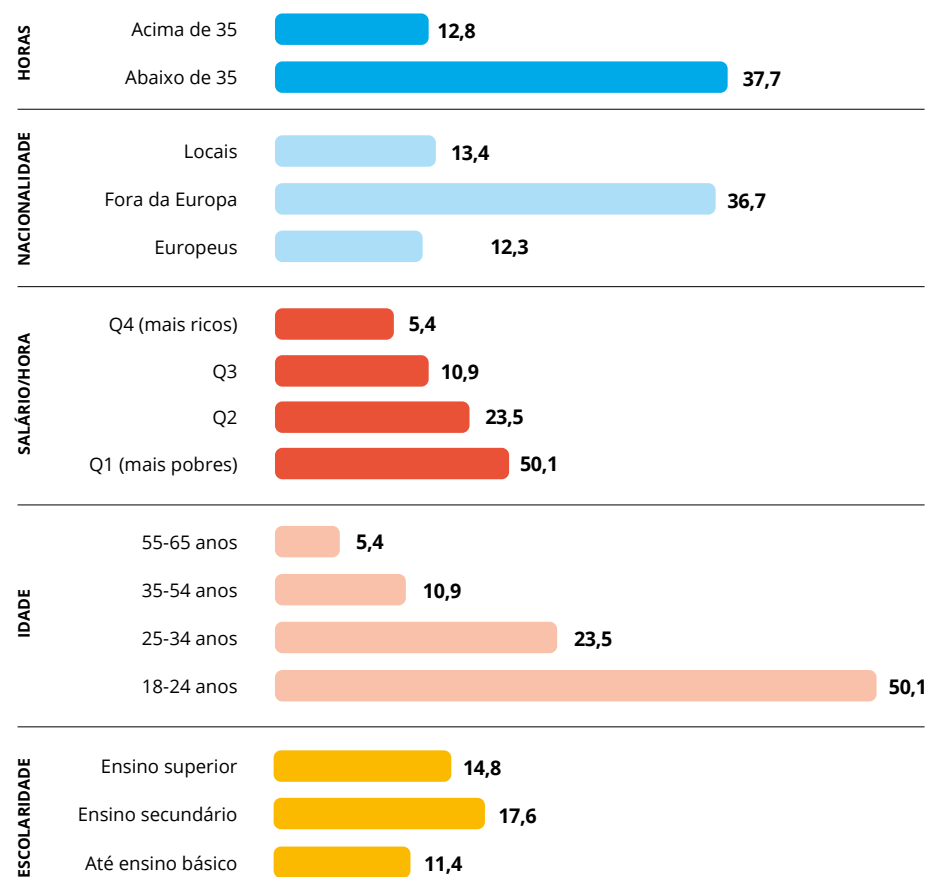
## CONDIÇÕES LABORAIS

É visível que os municípios com taxas mais altas se localizam na região Norte e no interior das regiões Centro e Alentejo.

A **Figura 8** mostra a proporção de **contratos temporários** de acordo com o número de horas trabalhadas, a nacionalidade, o rendimento, a idade e a escolaridade. Os contratos temporários concentram-se sobretudo nos trabalhadores que trabalham menos de 35 horas/semana (37,7%), nos estrangeiros residentes com origem não Europeia (36,7%), nos trabalhadores com salários/hora mais baixos (19,5%) e nos trabalhadores com ensino secundário (17,6%). A distribuição por idade enfatiza a grande concentração de contratos temporários entre os mais jovens: entre os 18 e 24 anos, 50% dos trabalhadores têm contratos temporários, entre os 25 e 34 anos esta proporção é de 23,5%.

**Em 2024, metade  
do trabalhadores jovens  
(18-24 anos) têm  
contratos temporários.**

**Figura 8 - Contratos temporários (em %)**



1. Fonte: IE, 2024

2. Interpretação: No quarto trimestre de 2024, 50,1% dos jovens entre os 18 e 24 anos tinham contratos temporários.

### COMO É QUE O RENDIMENTO INFLUENCIA AS CONDIÇÕES LABORAIS?

Apenas 7,7% dos trabalhadores mais pobres (Q1) ocupam **funções de supervisão**, comparando com 49,4% dos trabalhadores mais ricos (Q5). A **taxa de filiação sindical** também é menor entre os mais pobres (11,6%) do que entre os mais ricos (26,8%).<sup>5</sup>

Cerca de 72% dos trabalhadores mais pobres trabalham no setor privado, comparando com 54,6% dos trabalhadores mais ricos. Setores como o governo ou a educação/saúde têm uma presença muito inferior do grupo dos mais pobres.

Os trabalhadores mais pobres (Q1) concentram-se em horários normais de trabalho entre 40 e 44 horas semanais (64,2%), enquanto apenas 47,2% dos mais ricos (Q5) se situam nesse intervalo. Ainda assim, a proporção de trabalhadores com **mais de 45 horas semanais** é quase duas vezes maior entre os mais pobres (10% vs. 5,7%). No que toca às **horas extraordinárias**, os trabalhadores mais ricos acumulam mais: 27,2% fazem mais de 6 horas por semana, contra 14,2% dos mais pobres. Apenas 54,4% dos mais ricos não fazem horas extraordinárias, enquanto entre os mais pobres este número sobe para 73,4%.

De forma geral, a **Tabela 3** mostra que os trabalhadores mais pobres (Q1) estão ou já estiveram expostos mais frequentemente a **condições físicas e ambientais de risco**. Por exemplo, 39,6% relataram **posições cansativas ou dolorosas**, comparado com 24,7% dos mais ricos (Q5). A prevalência de **manipulação de cargas pesadas** é mais do dobro entre os mais pobres (23,8% vs. 9,9%). A **exposição a barulho intenso**, embora semelhante em ambos os grupos, é ligeiramente superior nos mais pobres (17,8% vs. 16%). Os mais pobres estão também mais expostos a **temperaturas extremas**,

**Tabela 3 - Exposição a condições de risco no trabalho (em %)**

Em qualquer trabalho, esteve exposto a	MAIS POBRES (Q1)	MAIS RICOS (Q5)
<b>CONDIÇÕES FÍSICAS</b>		
Vibrações de ferramentas manuais ou máquinas	9,8	8,8
Posições cansativas ou dolorosas	39,6	24,7
Levantar ou deslocar pessoas manualmente	7,9	5,8
Carregar ou mover cargas pesadas manualmente	23,8	9,9
<b>CONDIÇÕES AMBIENTAIS</b>		
Barulho muito alto	17,8	16,0
Temperaturas muito altas	21,3	10,7
Temperaturas muito baixas	15,5	4,9
Radiação, como raios X	0,6	3,1
Contacto com produtos químicos, vapores, outras substâncias	9,6	10,7
Inalação de fumos, vapores, poeiras	11,6	6,5

1. Fonte: ESS11, 2024.

2. O primeiro quintil (Q1) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com menores rendimentos.

O quinto quintil (Q5) representa os indivíduos que pertencem aos 20% com maiores rendimentos.

3. Interpretação: Cerca de 10% dos trabalhadores mais pobres (Q1) trabalham ou já trabalharam com vibrações de ferramentas manuais ou máquinas.

<sup>5</sup>Para esta variável foram considerados trabalhadores que são, ou já foram, no passado, membros de um sindicato.

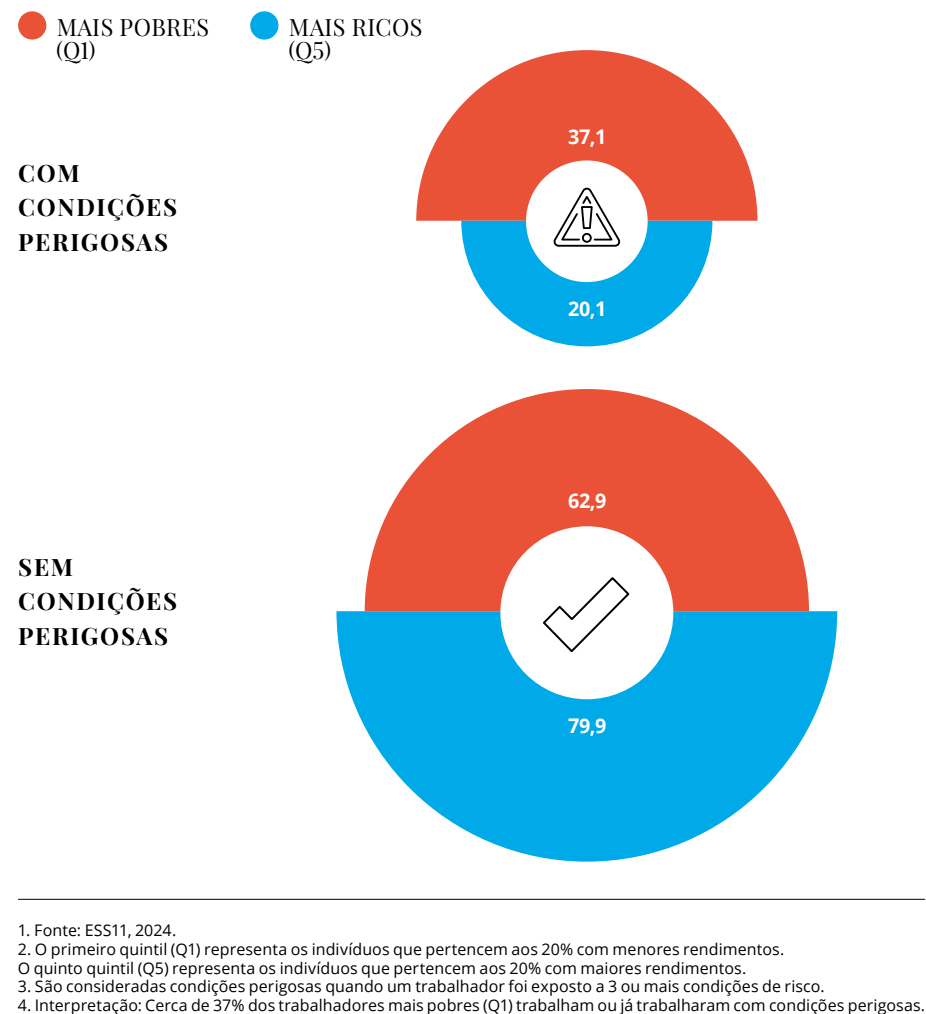
## CONDIÇÕES LABORAIS

tanto altas (21,3% vs. 10,7%) como baixas (15,5% vs. 4,9%). A maioria (58%) dos trabalhadores mais ricos (Q5) afirma nunca ter estado exposta a condições de risco, contrastando com apenas 31,6% dos trabalhadores mais pobres (Q1).

Um trabalhador pode estar, ou ter estado, exposto a mais do que uma condição das enunciadas na **Tabela 3**. Para melhor caracterizar a exposição elevada a condições de trabalho perigosas, definimos um indicador que identifica as pessoas que estão ou estiveram sujeitas a três ou mais condições de risco. A **Figura 9** mostra que a **exposição a condições perigosas** afeta 37,1% dos trabalhadores mais pobres (Q1) e apenas 20,1% dos trabalhadores mais ricos (Q5). A diferença de 17 pontos percentuais sugere que os trabalhadores mais pobres enfrentam uma realidade de trabalho substancialmente mais arriscada.

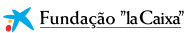
A maioria dos trabalhadores expostos a **condições perigosas** são homens (56,5%). Os trabalhadores mais jovens (15-29 anos) são o grupo etário que apresenta a maior exposição a condições perigosas (24,9%). Em termos de escolaridade, é patente que os trabalhadores com baixos níveis de escolaridade estão, ou estiveram, mais frequentemente expostos a condições perigosas. A exposição a condições perigosas tem impacto negativo na **saúde** dos trabalhadores. Entre os expostos a condições perigosas, 11,7% classificam a sua saúde como má ou muito má, em comparação com 7,2% entre os não expostos. Além disto, os trabalhadores expostos a condições perigosas reportam mais frequentemente **limitações em atividades habituais** (20,1%, o que compara com 17,2% para os restantes). Embora reportem um estado de saúde pior, as pessoas expostas a condições de trabalho perigosas também indicam ter mais dificuldades no acesso a cuidados de saúde. Neste grupo, 22,3% das pessoas não conseguiram aceder a consulta ou tratamento médico nos últimos 12 meses, face a 17,5% dos não expostos.

**Figura 9 - Exposição a condições perigosas no trabalho (em %)**





Fotografias: Shutterstock | Design e infografias: Laboota



**SOCIAL EQUITY INITIATIVE**

KNOWLEDGE-DRIVEN PROGRESS



**Economics for Policy**  
Knowledge Center